

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....	13
----------------------------	----

INTRODUÇÃO

CONCENTRAÇÃO ECONÔMICA E A TENDÊNCIA AO DIMENSIONAMENTO DAS ESTRUTURAS EMPRESARIAIS

CAPÍTULO I – O JOGO DE PODER NO SEIO SOCIAL: UM BREVE PRE- LÚDIO.....	17
--	----

1 A acumulação primitiva.....	17
2 A primeira acumulação derivada do modo capitalista de produção: a concentração de capitais ditada pela necessidade de redução dos riscos de mercado.....	22
2.1 O risco econômico como parâmetro das estratégias empresariais: a tendência da busca por posições privilegiadas no mercado.....	28
3 A segunda acumulação derivada do modo capitalista de produção: a economia de massa e a concentração de capitais ditada pela revolução tecnológica.....	32
3.1 As principais características da economia de massa.....	33
3.1.1 1ª característica: dilatação do “tempo de produção”.....	33
3.1.2 2ª característica: necessidade de planificação da produção.....	35
3.1.3 3ª característica: tendência à massificação da produção.....	38
3.1.4 4ª característica: tendência à eliminação dos pequenos empreendedores..	38
3.1.5 5ª característica: relevância dos mecanismos de controle do pólo positivo do mercado.....	39

CAPÍTULO II – A SOCIEDADE ANÔNIMA E A ECONOMIA DE MASSA.....	43
--	----

1 O ambiente meio.....	43
2 A dispersão do capital e o poder de controle na sociedade anônima.....	48
2.1 O controle exercido através da propriedade total ou quase total.....	51
2.2 O controle majoritário.....	53
2.3 O controle exercido através de mecanismo legal.....	54
2.4 O controle minoritário.....	58
2.5 O controle administrativo.....	59

TÍTULO I

TÉCNICAS DE CONCENTRAÇÃO EMPRESARIAL

CAPÍTULO I – AS TÉCNICAS POLARIZADAS.....	67
1 Fusão.....	68

2	Cisão	70
3	Holding	72
4	Conrois.....	73
CAPÍTULO II – A TÉCNICA INTERMÉDIA: O GRUPO DE SOCIEDADES		75
1	Noções preliminares.....	75
2	O grupo de sociedades sob uma perspectiva jurídico-dogmática	79
3	A direção unitária limitada ao elemento qualitativo	86
4	Relevância prática da figura e principais motivos informadores de sua adoção	91
5	Formas de constituição de um grupo de sociedades	92
6	Tipologia dos grupos de sociedades	94
	6.1 Espécies de grupo quanto ao aspecto econômico: grupos industriais, financeiros e mistos	95
	6.2 Espécies de grupo quanto à natureza das relações internas: grupos de subordinação e coordenação.....	96
7	Os problemas suscitados pela figura dos grupos de sociedades	97
8	Os modelos de regulação global dos grupos de sociedades.....	101
	8.1 O modelo contratual.....	101
	8.2 O modelo orgânico	104
TÍTULO II		
DISCIPLINA LEGAL DOS GRUPOS DE SOCIEDADES NO BRASIL		
CAPÍTULO I – O DIREITO DOS GRUPOS DE SOCIEDADES		107
1	Precedentes fáticos.....	107
2	Fontes do direito dos grupos	114
3	Os capítulos XX a XXII da LSA brasileira	114
4	A superveniência do novo Código Civil brasileiro.....	115
5	O direito dos grupos de sociedades no Brasil e a dupla noção de controle.....	117
6	Âmbito de aplicação territorial do direito dos grupos no Brasil	127
CAPÍTULO II – OS GRUPOS DE DIREITO NO BRASIL		131
1	Considerações preliminares.....	131
2	Natureza jurídica da convenção grupal	135
3	Designação	139
4	Requisitos formais de celebração	141
	4.1 Elaboração do projeto.....	141
	4.2 Convocação, reunião e deliberação assembleares	142
	4.2.1 Nas sociedades por ações	142
	4.2.2 Nas sociedades reguladas pelo novo Código Civil	144
	4.3 Companhias sujeitas a autorização para funcionar	145
	4.4 A formação da vontade social da controlada e a questão do impedimento de exercício do direito de voto por parte da controladora	145
	4.5 Registro e publicação da convenção.....	149
5	O desenvolvimento da relação contratual.....	152
	5.1 Início de vigência do contrato	152
	5.2 Modificações do contrato	153
	5.3 A administração do grupo	154
	5.4 A administração do grupo e o direito de emissão de instruções	155
	5.4.1 Titularidade e extensão do direito de emitir instruções	155

5.4.2 Os limites do direito/poder de emitir instruções.....	157
5.5 A convenção grupal e os mecanismos de proteção específica de direitos	162
5.5.1 A proteção dos direitos dos sócios minoritários	162
5.5.2 A proteção dos direitos dos credores sociais	167
5.5.3 A proteção dos direitos das sociedades integrantes do perímetro grupal... 174	
5.5.4 As demonstrações financeiras consolidadas	176
6 O termo da convenção de grupo.....	177

CAPÍTULO III – OS GRUPOS DE FATO NO BRASIL

1 Considerações preliminares	181
2 Os grupos de fato e a sociedade controladora	182
3 A definição de controle na LSA	184
3.1 O § 2º, do art. 243, e o art. 116, da LSA: a potencialidade do poder de controle... 184	
3.2 Determinação do conceito de controle do capítulo XX da LSA	186
3.2.1 Os direitos de sócio e a preponderância nas deliberações sociais da sociedade controlada.....	187
4 O regime jurídico dos grupos de fato no Brasil.....	188
4.1 Normas comuns aos grupos de fato e de direito.....	189
4.1.1 As informações no relatório da administração	189
4.1.2 As relações de participação recíproca	190
4.1.3 As demonstrações financeiras	193
4.1.4 A subsidiária integral	194
4.1.5 A alienação de controle	198
4.1.6 Aquisição de controle mediante oferta pública	200
4.1.7 Incorporação de companhia controlada	200
5 A dinâmica dos interesses nos grupos de fato	201
5.1 A responsabilidade dos administradores	201
5.2 A responsabilidade da sociedade controladora.....	207
5.3 A proteção dos interesses dos credores sociais e a teoria da desconsideração da personalidade jurídica	211

TÍTULO III

À GUIA DE CONCLUSÃO: PROPOSTAS REGULATÓRIAS PARALELAS PARA O FENÔMENO JURÍDICO-ECONÔMICO DOS GRUPOS DE SOCIEDADES

CAPÍTULO I – PERTINÊNCIA OBJETIVA DO MODELO CONTRATUAL DE REGULAÇÃO DOS GRUPOS SEGUNDO A EXPERIÊNCIA LEGISLATIVA BRASILEIRA	225
CAPÍTULO II – PROPOSTAS REGULATÓRIAS PARALELAS PARA O FENÔMENO JURÍDICO ECONÔMICO DOS GRUPOS DE SOCIEDADES	227
1 O modelo orgânico.....	227
2 A nova disciplina dos grupos no direito italiano	228
3 A proposta do fórum europeu para o direito dos grupos	232
4 Considerações finais	236
REFERÊNCIAS	239
ÍNDICE ALFABÉTICO	247